



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

19.05.2004

Manfred

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO No. 1429/TX (2a) - AC
(19.05.2004)

Assunto: **Maternidade Alfredo da Costa**

Apresentado por: Deputados António José Seguro, Luís Carito, Afonso Candal, Luisa Portugal, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

A Maternidade Alfredo da Costa é a maior Maternidade do país, com cerca de 6050 partos por ano e 31.000 consultas de urgência, é além disso uma maternidade de referência para transferência de doentes de todas as regiões do país, com diverso tipo de complicações, fruto da sua história e da sua capacidade e diferenciação técnica, ultrapassando por isso mesmo, uma perspectiva de instituição de saúde de cuidados diferenciados de âmbito local, distrital ou até regional.

No passado dia 5 de Maio, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, abaixo assinados, deslocaram-se em visita de trabalho à Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa.

Na referida visita tiveram oportunidade de reunir com os membros do Conselho de Administração da Maternidade e visitaram os diversos serviços, tendo verificado "in loco", a existência de vários constrangimentos ao normal funcionamento daquela importante Instituição de Saúde.

Pelas suas especificidades e pelo tipo de serviços que presta às populações, a MAC deve ser olhada com atenção redobrada pela tutela, no sentido de garantir uma eficaz prestação de serviços clínicos na área materno-infantil. Não é por isso de admitir uma política baseada em cortes orçamentais cegos e de carácter puramente economicista, quer nos investimentos estruturantes necessários à modernização das suas instalações quer no sub-financiamento à gestão, por parte do Governo, já que isso afecta inexoravelmente a qualidade dos cuidados que são prestados pela instituição.

Manfred
7 MAI 2004
Manfred

A inexistência de um planeamento estratégico e de um financiamento adequado, de medidas de carácter administrativo e de gestão de recursos humanos que visem suprir muitos dos constrangimentos existentes, são questões que levantam sérias preocupações em relação ao futuro desta importante unidade de saúde.

Assim:

- O facto de a maior parte dos 68 médicos que ali trabalham terem uma média etária que lhes permitiria reduzir o número de horas em serviço de urgência, apesar de muitos deles efectuarem 48 a 72 horas semanais deste serviço
- O facto de não se assistir a uma renovação destes profissionais apesar de ali serem formados vários internos da especialidade, mas depois os mesmos serem colocados em outros hospitais por falta de abertura de vagas atempadas
- O congelamento no ano transacto de cerca de 15% das verbas inscritas em PIDDAC de 2003, pelo Ministério das Finanças, que impediram a conclusão de obras entretanto iniciadas e fundamentais, que impedem a abertura de um remodelado serviço de Ginecologia
- A paragem desde há dois anos das obras de ampliação do edifício para a criação de um novo Bloco operatório e um novo serviço de urgência, tão necessários para uma melhor humanização e melhoria do acesso e da qualidade dos serviços prestados
- A total inexistência de investimento quer na melhoria das condições técnicas existentes quer em novas tecnologias específicas para a actividade clínica especializada que a instituição desenvolve. É inadmissível que dos dois únicos ecógrafos existentes na maternidade, só um esteja em funcionamento, e tenha mais de oito anos de utilização.
- A falta de perspectiva quanto à criação de um novo edifício para consulta externa, para o qual aliás já existe terreno, que liberte o actual edifício desta valência
- A falta de instalações adequadas para a unidade de cuidados intensivos neonatais, altamente diferenciada, mas que se encontra em espaço exíguo para as necessidades, quando sabemos que nestas unidades de cuidados intensivos, o risco de infecção hospitalar aumenta quando existe concentração de recém-nascidos em pequenos espaços

São algumas das razões pelas quais e após a visita efectuada, os deputados do Partido Socialista, não podem deixar de questionar o Governo sobre a perspectiva de futuro da Maternidade Alfredo da Costa

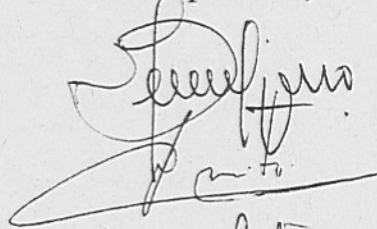
Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis requeremos ao Governo através do Ministério da Saúde os seguintes pedidos de esclarecimento:

-Qual o plano de investimentos que o Ministério da Saúde tem para a Maternidade Alfredo da Costa, no que se refere às obras necessárias para dotar a instituição, de condições dignas para o trabalho dos profissionais que ali prestam serviço e para a melhoria da humanização e conforto das utentes que ali acorrem?

-Quando pretende o Ministério da Saúde desbloquear o quadro de pessoal da Maternidade Alfredo da Costa e efectivamente permitir a completa utilização do estatuto de Hospital Carentiado

-Para quando pensa o Ministério da Saúde disponibilizar verbas para a aquisição de novos ecografos, já que as candidaturas efectuadas pela instituição ao Programa Saúde XXI, não tiveram seguimento por falta de verbas? Quando pretende o Ministério completar o financiamento até agora insuficiente, para a aquisição de um novo equipamento de radiologia digital? Para quando a disponibilização de verbas para a aquisição de camas articuladas que permitam a realização nas melhores condições de partos, já que as existentes têm mais de 20 anos? Para quando a disponibilização de verbas para a aquisição de um novo gerador de emergência já que o existente não responde às necessidades actuais da maternidade?

Os Deputados,



Luisa Portugal

L. Afonso Cruz